



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política Nacional de Assistência Estudantil para os Povos Indígenas.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento visa à realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com foco nas necessidades e especificidades dos povos indígenas, no contexto da sanção da Lei nº 14.914/2024, que institui a PNAES, e da Lei nº 15.169/2025, que prioriza a assistência estudantil na destinação de recursos do Fundo Social (royalties do petróleo e gás natural).

A nova legislação confere segurança jurídica e institucionalidade à assistência estudantil como política pública permanente, voltada a garantir condições de permanência no ensino superior e profissional, especialmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade. Isso inclui o oferecimento de auxílios para moradia, alimentação, transporte e outras necessidades básicas.

A Lei dos Royalties, por sua vez, destina recursos do Fundo Social à assistência estudantil, com prioridade para estudantes beneficiários de ações afirmativas – entre eles, os indígenas, conforme previsto na atualização da Lei de Cotas. Trata-se de um avanço relevante, mas que demanda debate direto



com os povos indígenas sobre a efetividade e a operacionalização do acesso a esses recursos, especialmente frente às dificuldades específicas enfrentadas por estudantes indígenas nas universidades e institutos federais, como barreiras territoriais, racismo institucional, e ausência de estrutura de acolhimento.

A audiência proposta pretende ouvir lideranças indígenas, estudantes, representantes de universidades e institutos federais, MEC, MPI, FNDE e especialistas, a fim de avaliar os desafios e construir caminhos para uma assistência estudantil mais adequada às realidades indígenas. Será também uma oportunidade de monitoramento da aplicação da nova legislação, promovendo o controle social e o aperfeiçoamento da política.

Assim, solicito o apoio dos pares para aprovação desse requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

